

João Pessoa, PB, 21 a 27 de novembro de 2011 - nº 48 - Ano XIV

Semana de pane

Panes no sistema ATF marcaram a semana de trabalho dos auditores fiscais. A fiscalização ficou comprometida e a situação provocou princípios de congestionamentos de veículos no posto fiscal de Cruz de Almas, na BR-101, e no Centro de Operações, locais de maior fluxo de notas fiscais.

Foi constatado que a causa do problema é a precariedade das condições de trabalho, bem como a inoperância do sistema ATF, que há muito aguarda melhorias por parte do Governo.

Num primeiro momento, atribuíram o caso a uma possível manifestação dos auditores fiscais, o que logo foi esclarecido, após os caminhoneiros testemunharem que se tratava mesmo da inoperância do sistema ATF.

Mobilizados

Reuniões expressivas em Campina Grande e João Pessoa demonstram que a categoria permanece mobilizada na luta pelo cumprimento da Lei do Subsídio. Os encontros estão acontecendo para discutir e traçar novas estratégias.

Dupla opinião

O Procurador do Estado, Gilberto Carneiro, tem tentado confundir a opinião pública com seus posicionamentos dúbios acerca da dupla remuneração que recebeu até junho como Secretário de Estado e como Promotor de Justiça. Em um momento, Gilberto afirma que não recebeu; em outro, diz que recebeu, mas não é ilegal. Em algumas ocasiões, diz que foi cedido com ônus, em outras desvia o foco da discussão para o Fisco.

O que Gilberto Carneiro não explica é que, o que torna ilegal sua conduta dupla é o fato de que, na sua atribuição como Secretário, ele recebeu na modalidade de subsídio, que só permite uma única fonte de remuneração. Fale a verdade, Gilberto. Como Procurador do Estado, cumpra a Lei.

Retaliação ao Fisco

A fusão das Secretarias da Receita e Finanças foi retaliação do governador ao movimento da categoria fiscal pelo cumprimento da Lei do Subsídio. Enquanto candidato, em debate com a categoria fiscal, Ricardo Coutinho apoiou a proposta de autonomia da Secretaria da Receita, com o estabelecimento de metas que, aliás, já vinham sendo observadas pelo Fisco no Governo anterior, com respostas positivas quanto à arrecadação do Estado.

A criação da Secretaria da Fazenda, além de ser um retrocesso, vai de encontro à tendência mundial de autonomia das Administrações Tributárias.

Impera a lei da força

Um atentado gravíssimo à democracia. A Medida Provisória do Governo Ricardo Coutinho, que instituiu a Secretaria da Fazenda, obriga os auditores, sem consulta prévia e sem retribuição financeira, a assumir tarefas referentes a cargos comissionados, contra sua vontade pessoal. Aqueles que “ousarem” desobedecer à decisão estão passíveis de punição disciplinar.

Uma afronta à liberdade pessoal, à Lei e ao Estado Democrático de Direito.

Sem compromisso com o Serviço Público

O ato governamental que instituiu a Secretaria da Fazenda possibilita que a maioria dos cargos que exigem conhecimentos técnicos e prerrogativas exclusivas da carreira fiscal seja ocupada por pessoas estranhas ao quadro, sem o devido preparo e compromisso efetivo com as responsabilidades inerentes à Administração Tributária. Mais um desserviço do Governo ao setor público do Estado da Paraíba.

TCE reafirma números

Por meio da Controladoria Geral, o Governo tentou desqualificar o balanço feito pelo TCE-PB em relação ao enquadramento do Estado nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, alegando que o Tribunal de Contas não observou os inativos no cálculo do limite prudencial. No entanto, o Conselheiro do TCE, Umberto Porto, rebateu e reafirmou que o percentual de 44,37%, abaixo do limite prudencial da LRF, inclui o pessoal inativo, ao contrário do que afirma a Controladoria.

O posicionamento do TCE ratifica o que vinha sendo dito pelo Sindifisco-PB, que o Governo já tem plenas condições de reajustar o salário de todos os servidores públicos do Estado da Paraíba.

Mal na fita

Sucessivos escândalos envolvendo as administrações do Estado e do município de João Pessoa têm pautado a imprensa local. A Paraíba tem sido destaque negativamente, também, na mídia nacional.

As belezas naturais e o potencial econômico da Paraíba, mesmo que explorados com pouca evidência, perderam espaço para uma escala maior de matérias que revelam denúncias de corrupção, caos na saúde (furadeira), educação (merenda e livros), violência (assassinatos, droga e assalto a bancos), entre outros. Os reflexos dessa falta de gestões começam a aparecer. No atual Governo, a Paraíba alcançou a triste marca do segundo Estado mais violento do Brasil.

Coluna de Rubens Nóbrega

Na semana passada, o conceituado jornalista Rubens Nóbrega comentou, em uma de suas colunas diárias no Jornal da Paraíba, sobre as ameaças recebidas pelo auditor fiscal Amadeu Robson, assunto denunciado pelo Sindifisco-PB. As ameaças a Amadeu Robson indignaram a categoria que prestou toda solidariedade a ele e à esposa, alvos de ameaças, via mensagem telefônica.